

A REVISÃO DE TEXTO E A VOZ DO AUTOR

TEXT REVIEW AND THE AUTHOR'S VOICE

LA REVISIÓN DE TEXTO Y LA VOZ DEL AUTOR

Luciana Miranda Resende dos Santos¹

Resumo

O revisor é o responsável pela correção do texto original de um autor. Ao recebê-lo, esse profissional verifica inúmeros elementos, como: gramática, ortografia, coesão e coerência. Dependendo da sua experiência, o revisor pode realizar, também, *copydesk*. Na sua obra, o autor imprime sua voz, preceitos e a intencionalidade do texto. Da junção autor-texto-revisor, surge uma parceria — nem sempre harmoniosa. O objetivo deste artigo é elucidar a função do profissional de revisão. O intuito é conferir-lhe um papel mais claro em relação ao texto, ao delimitar alguns parâmetros para orientar e facilitar o trabalho de revisão.

Palavras-chave: Revisão de texto. Parâmetros de revisão. Textos literários.

Abstract

The reviewer is responsible for correcting an author's original text. Upon receiving it, this professional verifies numerous elements, such as: grammar, spelling, cohesion and coherence. Depending on your experience, the reviewer can also perform *copydesk*. In their works, the authors print their voice, precepts and the intentionality of the text. From the author-text-reviewer junction, a partnership emerges — not always harmonious. The aim of this article is to elucidate the role of review professionals. The aim is to give them a clearer role in relation to the text, by delimiting some parameters to guide and facilitate the review work.

Keywords: Proofreading. Review parameters. Literary texts.

Resumen

El revisor es el responsable por la corrección del texto original de un autor. Al recibirlo, ese profesional verifica un gran número de elementos, como gramática, ortografía, cohesión y coherencia. En función de su experiencia, el revisor puede realizar, también, el *copy desk*. En su obra, el autor imprime su voz, preceptos e intencionalidad del texto. De la unión autor-texto-revisor, surge un trabajo colaborativo, no siempre armonioso. El objetivo de este artículo es dilucidar la función del profesional de la revisión. La intención es asignarle un rol más claro en su relación con el texto, al definir algunos parámetros para orientar y facilitar el trabajo de revisión.

Palabras-clave: Revisión de texto. Parámetros de revisión. Textos literarios.

1 Introdução

No começo do século XIX, os erros ainda eram corrigidos à pena pelos copistas e a revisão era influenciada por crenças religiosas. Os copistas tinham um grande preparo intelectual e eram habituados a circular entre os nobres. No entanto, a classe se revoltou com a inovação da reprodução por meio de impressão tipográfica. Os copistas já não davam mais conta da demanda e as impressões continuavam a apresentar erros. A revisão passou a ser feita

¹ Aluna do curso de Letras Bacharelado pela UNINTER — Centro Universitário Internacional. E-mail: autorlucysantos@hotmail.com.

por tipógrafos, que são considerados os precursores dos revisores de texto. As impressões, ainda com erros, passaram a conter as erratas, notas incorporadas ao texto que mostravam onde os erros estavam e com a devida correção.

Hoje, podemos desfrutar da modernidade das impressões *offset*², em grandes ou pequenas demandas. Temos acesso a milhões de livros, seja na palma da mão através de um celular ou aparelho próprio (*e-reader*) ou através das páginas de um livro físico.

Poucos conhecem como é o processo de editoração, ou seja, de publicação de uma obra. Desde o envio do original até a finalização, são várias as etapas a serem realizadas e uma das mais importantes, se não a mais, é a revisão textual e/ou preparação de textos.

Estabelece-se a tríade autor-texto-revisor no momento do envio do texto, em seu formato original, ao profissional de preparação/revisão. E como se dá essa relação? Quais as funções de cada um? O preparador/revisor tem poderes sobre o texto? Ou o autor é o detentor desse poder?

Diante disso, vemos a grande e dificultosa responsabilidade do revisor ao lidar com uma obra. O nosso objetivo será delimitar alguns parâmetros que norteiam o trabalho do revisor, ajudando-nos a entender alguns problemas enfrentados e as possíveis soluções.

2 Definindo papéis

Primeiro, é importante observarmos o elevado número de editoras existentes no Brasil, desde micro (que podem funcionar como prestadora de serviço), passando pelas pequenas e médias (que podem ter publicações pagas e tradicionais) até as maiores e mais conceituadas. Segundo, na maioria das vezes, somente nas publicações de editoras mais estruturadas é que vamos encontrar a indicação, na ficha catalográfica, de que o texto passou pelas etapas de preparação textual e revisão.

Destacamos que não estamos contabilizando os inúmeros autores independentes que procuram os serviços editoriais separadamente, conseguindo um orçamento menor que o proposto pelas editoras. Em contrapartida, uma imensidão de *e-books* são lançados diariamente nas plataformas digitais; nem todos, infelizmente, passam pelo olhar de um profissional de revisão. Alguns autores, ou por falta de orçamento — ou por acharem que seu conhecimento em gramática é suficiente —, não submetem seu texto à revisão, publicando-o com erros que podem prejudicar a leitura e compreensão.

² Modelo de impressão mais utilizado no mundo, unindo qualidade e custo-benefício.

Antes de prosseguirmos, vamos esclarecer a diferença entre revisor e preparador de texto. O papel do revisor — detalhista, consciente de sua posição e competente — é conferir ao texto uma clareza, corrigindo-o gramaticalmente, observando se há coesão e coerência, apontar erros conceituais (ou mais comumente chamados de furos de enredo), conferir fluidez, etc. O revisor mais experiente pode até mesmo fazer a preparação de originais, indo além da revisão propriamente dita. Com o intuito de elucidar a função de cada profissional, Vanessa Barbara (2011, n.p.), no blog da editora Companhia das Letras, disserta sobre o preparador de textos:

Nas editoras, o preparador é aquela pobre alma responsável pela primeira revisão de um livro, ainda no arquivo de Word. É a mais trabalhosa, que busca limpar o texto, corrigi-lo e aperfeiçoá-lo. O trabalho de preparação consiste em adequar o original às normas editoriais, seguindo um gigantesco manual de padronização que dispõe sobre citações, versaletes, colocação pronominal, pontuação, galicismos, siglas, topônimos estrangeiros. [...] trata-se de uma leitura atenta, escorada por vasto material de apoio e dicionários vernáculos. Inúmeros detalhes devem ser considerados — itens como sintaxe, coerência, ortografia, ambiguidade, repetição desnecessária, vícios de linguagem, ecos de língua estrangeira, falsos cognatos, ritmos frasais e outras questões de cunho literário. O texto deve fluir bem, sem engasgos.

Já Carol Machado (2016, n.p.), no blog *Revisão para quê?* discorre sobre o papel do revisor:

Já a revisão de texto — ou revisão de provas — é feita após a diagramação e antes da aprovação final do editor, tendo um propósito um tanto quanto diferente da preparação. Nessa fase, os problemas textuais já são, evidentemente, bem menores. Checa-se então, além de problemas textuais menores que possam ter passado pelo preparador: aspectos gráficos da obra, buscando a padronização de negritos, itálicos e caixa-alta e baixa; numeração de sumário de acordo com o “miolo”; se as remissões estão corretas, numeração de índices; ou se nenhuma parte do livro se perdeu durante a diagramação. Características da revisão de textos
É feita em PDF ou papel. Verifica a existência de viúvas, órfãs e problemas gerais de diagramação. Confere translineação. Verifica cabeçalhos, rodapés, numeração e peso de títulos. Confere, novamente, ortografia, concordâncias, coesão etc.

O autor, por sua vez, é o criador da obra, o intelecto por trás do texto. Nele, imprime sua imaginação, suas impressões de mundo, de vida, suas “verdades”, a mensagem que deseja passar através de sua escrita, que é o que chamamos voz do autor, diferente da voz do discurso (voz das personagens e/ou narrador). Segundo Foucault (2002, p. 36 apud SILVA, 2009, n.p.), a escrita é o lugar onde o sujeito torna sua ausência singular e sacrifica a própria vida em troca da imortalidade.

Sobre esse vínculo entre o texto e seu autor, Schutt (2017, n.p.) classifica:

Uma história é um apanhado de informações sobre personagens, conflitos, situações, cenários e temas que você compartilha com o leitor. A forma como você revela e organiza essas informações é o que cria uma experiência de leitura única.

Por isso, a boa relação entre autor-revisor é de suma importância, mas nem sempre é alcançada. A tensão entre os dois começa nas primeiras linhas corrigidas.

De acordo com Pinto:

Embora o estilo pertença ao autor, com a liberdade que ele tem de construir sua mensagem, a editora pode — e deve — intervir no seu texto, e o faz com pleno consentimento, para garantir a correção e a clareza da informação e a qualidade da publicação. Para conseguir isso, às vezes, chega mesmo a modificar a estrutura de um livro (1993, p. 9).

Yamazaki (2009, p. 24) aponta que:

Quando o profissional de texto é lembrado — quase sempre, o revisor —, com frequência é em tom de crítica, pelos erros que deixou escapar no texto publicado ou pelas intervenções teimosas no texto do autor. Ou seja, o revisor é conveniente para aliviar do autor a responsabilidade única pelo livro trazido a lume. Afinal, quem é o culpado pelos erros senão o indivíduo que trabalha nas etapas finais da produção de um livro?

Aqui, trataremos ambos — preparador e revisor — por revisor de textos, e abordaremos a revisão de textos literários (romances, contos, crônicas, poemas etc.). Muitas editoras, como mencionado anteriormente, não dispõem do serviço de preparação e, sendo assim, o revisor se torna responsável pelas duas etapas. A tendência no mercado editorial é esse acúmulo de funções, diminuindo o gasto das editoras com a edição de textos. E isso fica mais evidente quando se trata de um autor independente contratando serviços de editoração.

Yamazaki (2009, p. 85) defende que essa indefinição de tarefas reforça que o processo de revisão é misterioso, subjetivo, fundamentado apenas no “bom senso”. “Como se qualquer um com bom senso pudesse ser editor de texto.” A falta de uma padronização do que é exigido por parte das editoras também corrobora para que isso aconteça.

2.1 Norma-padrão vs. variedade linguística

Em 1990, firmou-se o novo acordo ortográfico entre os países falantes da língua portuguesa. No entanto, em 2008, de acordo com Coelho Neto (2017, p. 32), o novo acordo ortográfico “está desempregado, pois ainda não é empregado. [...] Se dirige? Não, ainda não se dirige aos 230 milhões de falantes de português que há por aí”. O prazo para que o brasileiro se adaptasse às novas regras se estenderia até dezembro de 2012, apesar de a imprensa o adotar desde 2009.

A reforma impôs mudanças à língua portuguesa, como o fim do trema e inclusão de letras. Dentre todas as alterações, as que mais causam estranhamento e dúvidas são as de hífen

e acentuação. Não iremos entrar no âmbito das diferenças da língua portuguesa falada no Brasil e nos outros sete países que fazem parte do acordo, nem nos debruçaremos sobre as minúcias da gramática. Contudo, a variedade linguística dentro da nossa própria língua, falada em nosso país, é enorme. Já é de nosso conhecimento que a língua é considerada viva, transmuta, muda de ares ao sabor de quem a fala. Marcos Bagno, linguista brasileiro, defende a criação de uma gramática normativa nossa, que leve em consideração sintaxes que já se tornaram regras gramaticais do português culto, mas que ainda são consideradas erradas diante das regras gramaticais vigentes. Bagno postula o conceito de comandos paragramaticais, definindo-os como: “todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revistas, CD-ROMS, ‘consultórios gramaticais’ e por aí fora.” (1999, p. 76).

O autor José Saramago é conhecido por seu jeito peculiar de escrever, muitas vezes sem pontuações, narrativas emendadas, falas de personagens sem divisões. Na obra *História do Cerco de Lisboa*, temos a personagem Raimundo Silva, um revisor de vida profissional honrada. A narrativa começa com um diálogo entre revisor e autor:

Quer você dizer na sua que a seita revisora gosta do que faz, Tão longe não ousou ir, depende da vocação, e revisor de vocação é fenómeno desconhecido, no entanto, o que parece demonstrado é que, no mais secretos das nossas almas secretas, nós, revisores, somos voluptuosos, Essa eu nunca tinha ouvido, Cada dia traz sua alegria e pena, e também sua lição proveitosa (SARAMAGO, 1989, p. 1).

Para o protagonista, se o revisor não tivesse tantas regras a seguir, poderia mudar tudo à sua volta:

Os revisores, se pudessem, se não estivessem atados de pés e mãos por um conjunto de proibições mais impositivos que o código penal, saberiam mudar a face do mundo, implantar o reino da felicidade universal, dando de beber a quem tem sede, de comer a quem tem fome, paz aos que vivem agitados, alegria aos tristes, companhia aos solitários, esperança a quem a tinha perdida, para não falar da fácil liquidação das misérias e dos crimes, porque tudo eles fariam pela simples mudança as palavras, e se alguém tem dúvidas sobre estas novas demiurgias não tem mais que lembrar-se de que assim mesmo foi o mundo feito e feito o homem, com palavras, umas e não outras, para que assim ficasse e não doutra maneira. Faça-se, disse Deus, e imediatamente apareceu feito (SARAMAGO, 1989, p. 50).

O revisor tem seu trabalho pautado e regido, principalmente, pela norma-padrão, ou normativa; no entanto, podemos considerar recente a preocupação com a questão linguística no processo de revisão. Bechara especifica norma:

A *norma* contém tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum ou constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz “assim, e não de outra

maneira”. É o plano de estruturação do saber idiomático que está mais próximo das realizações concretas. O sistema e a norma de uma língua funcional refletem a sua estrutura (2009, p. 28).

E sobre gramática:

[...] não devemos confundir dois tipos de gramática: a descritiva e a normativa. A gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve. [...] Cabe tão somente à gramática descritiva registrar como se diz numa língua funcional. [...] Cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social. A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade de escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos (BECHARA, 2009, p. 37).

Diante de tantos estudiosos preocupados com a “decadência da língua portuguesa”, com a distância entre a oralidade dialetal e as regras ortográficas vigentes, a gramática tradicional ainda resiste ao ataque. “Enquanto não vem a reviravolta, os revisores têm de utilizar os parâmetros da norma culta vigente, quando não o bom senso.” (COELHO NETO, 2017, p. 41).

E como fica o revisor diante de tudo isso? Compete ao profissional desenvolver um bom senso, aprofundar nas questões de gramática, conhecer as várias correntes, para poder posicionar-se dentro do contexto e identificar a variedade linguística com a qual está trabalhando, visando o completo entendimento, se possível, entre autor e revisor.

3 O caminho das pedras

No recebimento do texto para a revisão, o profissional já saberá, na maioria dos casos, qual tipo de intervenção o editor espera que seja feito — podendo ser leve, moderado ou intenso. Em casos em que a intervenção pedida pelo editor será leve, subentende-se que o revisor encontrará mais erros de ortografia e pontuação e menos problemas com coesão, coerência e estrutura na narrativa. Já em um texto com intervenção intensa, o profissional está ciente de que fará mudanças drásticas na estrutura do texto, podendo, assim, interferir na voz do autor e do discurso.

Cada texto vai exigir uma atenção distinta. O revisor, se não estiver acostumado com o gênero do texto a ser revisado, deverá buscar conhecimento sobre ele e suas nuances; deve-se executar a revisão de forma mais consciente, tomando o cuidado de não fazer intervenções desnecessárias. Para Machado, um dos objetivos do revisor ao trabalhar com o texto é:

[...] encontrar e corrigir erros dos mais diversos níveis de leitura para que o leitor comum não tenha sua atenção desviada por decorrência de problemas de grafia, falta

de lógica, palavras faltando, repetição de ideias, inadequações de tradução, entre outros (2017, p. 9).

Coelho Neto (2017) ressalta que quanto mais preparado estiver o revisor, mais problemas poderão ser evitados, aprimorando a apresentação gráfica.

Mas alguns critérios devem ser levados em consideração. O revisor precisa, e deve, decidir quais caminhos percorrer para que se atinja o objetivo de um texto fluido e sem tensões. Ao mesmo tempo, o autor tenta se convencer de que tal intervenção se fez necessária, ao se deparar com um texto que lhe parece outro.

Ao receber o texto preparado com os apontamentos, considerações e reestruturação sugerida pelo revisor, o autor realiza uma releitura, sob ângulos e perspectivas diferentes, o que lhe permite reconsiderar e aceitar ou não as sugestões.

Luís Fernando Verissimo — renomado escritor — relata sua experiência íntima com o processo de revisão:

Não posso me queixar dos revisores. Fora a vontade de reuni-los em algum lugar, fechar a porta e dizer “Vamos resolver de uma vez por todas a questão da colocação das vírgulas, mesmo que haja mortos”, acho que me têm tratado bem. Até me protegem. Costumo atirar os pronomes numa frase e deixá-los ficar onde caíram, certo de que o revisor os colocará no lugar adequado. Sempre deixo a crase ao arbítrio deles, que a usem se acharem que devem. E jamais uso a palavra “medra”, para livrá-los da tentação (1995, p. 36-37).

Algumas regras internas devem ser acertadas com o editor: o que pode ser aceito, passando pelo proibido e o tolerado. Em grande parte das editoras, micro e média, o revisor mantém contato direto com o autor, podendo estabelecer uma relação mais estreita, o que não garante que o processo seja tranquilo e amigável. Cabe ressaltar que o revisor também deverá ter regras definidas caso a revisão seja em obra de autor independente.

Um dos primeiros passos a ser definido é o tipo de narrativa a ser utilizada — se primeira ou terceira pessoa. Em primeira pessoa, o fato é narrado por um narrador-personagem, e tem relação íntima com os fatos, deixando a narrativa mais próxima do leitor; em terceira pessoa, por um narrador, que pode ser onisciente ou observador. Esse tipo de narrador pode ter a própria visão sobre os fatos, variando entre neutro e crítico; ou somente contar o que está acontecendo sem maiores inferências.

A voz da personagem através do narrador não deve ser confundida com a voz do autor. Em alguns casos, a voz do autor se sobressai à do discurso e é neste momento que o revisor, muitas vezes, tem de interferir, o que pode causar desconforto nesta relação com o autor.

A importância de estabelecer limite entre a voz do narrador e a voz do escritor está na criação de uma experiência de leitura que mantenha o leitor imerso no universo de ficção e focado nos personagens. [...] Dependendo da forma, intensidade e frequência com que isso é feito ao longo do texto, tais passagens podem soar pretensiosas e forçadas. Essa intromissão exagerada no texto passa a sensação de que o escritor arrancou o microfone da mão do narrador e decidiu chamar atenção para si. É como se o mais interessante não fosse o que está acontecendo na história, mas o que o autor tem a dizer sobre o que está acontecendo na história. Isso também pode ocorrer em narrativas em primeira pessoa onde o escritor usa um personagem-narrador como mero porta-voz para expressar sua suposta superioridade moral (SCHUTT, 2017, n.p.).

Um narrador — seja em primeira ou terceira pessoa — que descreve demais, que induz o leitor a julgar as ações dos personagens sob suas regras, acaba privando esse leitor do prazer de entender, nas entrelinhas, certos aspectos da narrativa através de seu conhecimento de mundo e de vida.

Outro passo a ser discutido é o tempo verbal que será empregado, se presente ou pretérito, já que alguns textos podem apresentar uma pequena confusão nas conjugações verbais.

Alguns profissionais optam por uma conversa inicial com o autor sobre a intencionalidade do texto, almejando, assim, um entendimento maior sobre a voz desse autor.

Sabendo-se que não há neutralidade nos discursos, é inconcebível na atual conjuntura ler um texto sem que se tenha noção da intencionalidade do autor ao produzi-lo, que pistas ele deixou no percurso da criação, o texto situacional e o público destinatário (SILVA, 2009, n.p.).

Inicia-se o processo de revisão após a definição das etapas iniciais, prazos, pagamento (orçamento definido, habitualmente, com base no valor de laudas; uma lauda é, geralmente, equivalente a 2100 caracteres com espaço/toques) e esclarecimento de algumas dúvidas, pois outras podem surgir — e devem ser sanadas.

A grande maioria dos textos, hoje em dia, é revisada digitalmente. O uso da ferramenta “controlar alterações”, do Word, é a mais utilizada, pois permite comentários e respostas, mostrando seus autores e também possibilita o rastreamento de alterações (inserção/exclusão) com cores diferentes etc. Isso facilita o trabalho do revisor, que comumente presta serviço em *home office*, não tendo um contrato empregatício com as editoras.

O profissional deve dispor de uma gama de materiais de apoio para a realização da revisão, dicionários (etimológicos, sinônimos e antônimos, bilíngues, temáticos, abreviatura etc.), livros para consultas (sintaxe, verbos, regência, concordância etc.) entre outros, a fim de sanar dúvidas que possam surgir durante o processo. É imprescindível que o revisor seja um

leitor ávido, que busque conhecimento nas mais diversas vertentes da língua, para que consiga identificar as variedades linguísticas de grupos menores, específicos, como regionalismos.

No dia a dia, a nossa fala não é planejada; ela é espontânea, encaixada no discurso que o contexto pede. Já a escrita, não: ela é planejada e executada mediante a intencionalidade de quem o redige. Um dos problemas trazidos pelo uso abusivo das variedades linguísticas é o excesso de marcas de oralidade na narrativa do texto literário.

Isso requer, de acordo com Coelho Neto, uma tomada de decisão por parte do editor ou revisor em:

(1) a decisão de retirar todos os vestígios da oralidade, ou (2) a decisão de mantê-los todos, mas corrigindo a pontuação, promovendo a concordância, verificando ortografia, ou (3) a decisão de buscar um meio-termo em que prevaleça o bom senso (2017, p. 82).

Se o revisor optar pela primeira alternativa, pode gerar um incômodo, já que o autor se deparará com um texto parcialmente ou totalmente “adulterado”. Se optar pela segunda alternativa, pode sofrer com reclamações pela falta de revisão, pois o autor pode entender que seu texto deveria ser reescrito. Optemos, então, pelo bom senso. O revisor tem de ser flexível em seu ofício.

Na narrativa, temos dois elementos principais: o diálogo, que pode acontecer entre dois ou mais personagens e é o que dá a sensação de ação em tempo real; e a descrição, parte em que se é detalhado um fato, sentimentos, lugares, percepção, etc. A escolha de qual usar em certa parte do texto vai depender de como o autor quer que o leitor conheça os personagens, de como vai ter contato com eles. No primeiro, o texto pode ser considerado livre de normas, podendo até absorver palavras inventadas e gírias. Neste âmbito, o revisor pode permitir o equilíbrio entre norma-padrão e variedade linguística, deixando fluir o bom senso na caracterização da voz da personagem, propiciando um diálogo sem amarras, de acordo com o discurso escolhido pelo autor.

Coelho Neto destaca:

Faça as suas intervenções de forma clara. Estabeleça um critério para diferenciar (1) as alterações que não admitem contestações e (2) as que se apresentam como sugestões suas. E não queira explicar com verbalizações cada ponderação que fizer — os comentários devem falar por si mesmos, caso contrário a sua clareza é classificada como deficiente (2017, p. 112).

Além da gramática e ortografia, alguns pontos devem ser contemplados pelo profissional no ato da revisão:

- 1) saber, de antemão, qual o público-alvo do texto;
- 2) colocar-se na posição de leitor, podendo mensurar o entendimento de quem vai ler o texto final;
- 3) verificar se o tom do discurso atingirá esse leitor, considerando a variedade linguística falada por ele;
- 4) diminuir frases quilométricas, deixando-as mais curtas, podendo ser divididas em duas ou mais, para serem compreendidas de forma fácil pelo leitor;
- 5) preferir palavras mais simples nas sentenças, mas sempre respeitando o discurso escolhido pelo autor. Dependendo do contexto e gênero literário, a narrativa poderá conter termos que devem ser mantidos, como é o caso do gênero fantasia.
- 6) sugerir, sempre que possível, a utilização de sinonímia, mas não sem conferir se a palavra indicada como sinônima tem realmente a relação semântica de equivalência;
- 7) verificar termos em desuso e sugerir a substituição, salvo casos em que o contexto não permite (romances de época);
- 8) utilizar termos específicos para a descrição de algumas coisas, “casa amarela” é mais preciso do que simplesmente “moradia” ou “casa”.

Um tópico que merece atenção do revisor são os verbos *dicendi* (ou de elocução), cuja principal função é indicar que o interlocutor está com a palavra, e os *sentiendi*. O primeiro está ligado a:

[...] nove áreas semânticas, cada uma das quais inclui vários de sentido geral e muitos de sentido específico: a) de *dizer* (afirmar, declarar); b) de *perguntar* (indagar, interrogar); c) de *responder* (retrucar, replicar); d) de *contestar* (negar, objetar); e) de *concordar* (assentir, anuir); f) de *exclamar* (gritar, bradar); g) de *pedir* (solicitar, rogar); h) de *exortar* (animar, aconselhar); i) de *ordenar* (mandar, determinar) (GARCIA, 2017, p.149).

O segundo está ligado não aos verbos “de dizer”, mas “de sentir”: gemer, suspirar, lamentar(-se), explodir, e outros que podem expressar sentimentos da personagem, emoções, estados de espírito, reação psicológica etc.

Os exemplos de *dicendi* e *sentiendi* não se resumem somente aos supracitados. São mais de 300 verbos que compõem a lista que merece atenção no processo de revisão, pois requerem uma pontuação diferenciada quando utilizado o discurso direto. Nesse caso, o verbo vem, em geral, no meio ou no fim da fala.

No fim, quando a fala é curta:

— Quem morreu é rezar-lhe pela alma — atalhou com má gramática, mas com piedosa intenção, o tio padre Hilário (BRANCO, 1962, p. 37).

No meio, quando separa dois períodos:

— Não está cá! — acudiu Jacinto. — Vim a Tormes expressamente por causa do avô Galião (QUEIRÓS, 1901, p. 247).

Quando as sentenças são mais longas, podemos ter a incidência de *dicendi* e/ou *sentiendi* no meio e no fim da fala.

Uma grande quantidade de escritores contemporâneos utiliza verbos que apontam um gesto, expressão, posição do corpo, tom de voz, de atitude, que podem substituir o *dicendi* para indicar o início de um discurso:

O doido *espalmou* a mão no ar, com o braço enfiado através da grade:
— Vá! Vá com Deus! com Deus, não, que eu já acabei com a necessidade de Deus (QUEIROZ, 1948, p. 170).

Em alguns casos, as mudanças requeridas pelo revisor vão além da capacidade do autor. Sendo assim, o revisor, mais especificamente o profissional que atua como preparador de textos (também chamado copidesque), deverá se apropriar dessa missão, tentando, ao máximo, assimilar o estilo do autor, para que não fique clara essa “coautoria”.

O revisor é, portanto, um cúmplice do autor, e não seu algoz. Afinal, um bom produto final, com texto fluente e livre de imprecisões e problemas, é o objetivo de todos, ainda que o mérito acabe sendo sempre do autor, às vezes da editora e nunca, ah, nunca do revisor (TUSSI, 2017, n.p.).

O texto nunca vai deixar de ser do autor, embora possa sofrer intervenções severas. Quando há casos de discordância entre o sugerido/modificado pelo revisor e o que o autor aceita/recusa, é o editor, baseado nas regras previamente definidas, que irá dar a palavra final.

4 Considerações finais

As regras para o norteammento do trabalho de revisão têm de ser claras para o profissional, podendo ele mesmo defini-las ou recebê-las predefinidas do editor. Como vimos, o papel do revisor não é nada glamouroso; porém, ele é de extrema importância no processo editorial, gerando, assim, um texto de qualidade para que o leitor possa desfrutá-lo.

É requerido que o revisor tenha domínio do idioma, o que implica conhecimentos além da gramática e estrutura sintática, mas também de semântica, pragmática e linguística.

Algumas práticas de revisão podem fazer o autor pressupor que o revisor é apenas um profissional chato à caça de erros, implicando com sua escrita, revelando o que não está bem redigido. No entanto, o único objetivo deve ser a excelência do texto, a compreensão por parte do leitor que terá o material em mãos. Por isso, o bom senso, a sensibilidade e o estudo devem ser aliados constantes do revisor.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BARBARA, Vanessa. **O preparador, esse desconhecido**. 2011. Disponível em: <http://historico.blogdacompanhia.com.br/2011/01/o-preparador-esse-desconhecido/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRANCO, Camilo Castelo. **Amor de salvação**. São Paulo: Saraiva, 1962.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão**: critérios para revisão textual. Brasília: Senac, 2017.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MACHADO, Carolina. **Precisamos falar sobre a diferença entre preparação e revisão de textos**. 2016. Disponível em: <https://revisaoparaque.com/blog/diferenca-preparacao-e-revisao-de-textos/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MACHADO, Carolina. **Manual de sobrevivência do revisor iniciante**. 2017. Disponível em: <https://revisaoparaque.com/blog/livro/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

QUEIRÓS, Eça. **A cidade e as serras**. São Paulo: Martin Claret, 1901.

QUEIROZ, Rachel. **Três romances** (O quinze - João Miguel - Caminho de Pedras). São Paulo: José Olympio, 1948.

SARAMAGO, J. **História do Cerco de Lisboa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SCHUTT, Diego. **Técnicas para escrever ficção**. 2010. Disponível em: <https://ficcao.emtopicos.com/estrutura/tecnicas-para-escrever-ficcao/>. Acesso em: 03 jul. 2017.

SCHUTT, Diego. **A diferença entre a voz do narrador e a voz do escritor**. 2017. Disponível em: <https://ficcao.emtopicos.com/2017/07/voz-narrador-voz-escritor/>. Acesso em: 03 jul. 2017.

SILVA, Marcia Santos da. **O que é um autor** (Texto de Michel Foucault). 2009. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/resenhasdelivros/1774970>. Acesso em: 17 set. 2009.

TUSSI, Matheus. **O autor e o revisor**: uma relação conturbada. Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/o-autor-e-o-revisor/#:~:text=O%20revisor%20de%20texto%2C%20chamemos,vezes%20por%20desconhecimento%20ou%20por>. Acesso em: 14 mar. 2017.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Cuidado com os revizores. **VIP Exame**, São Paulo, p. 36-37, mar.1995. Disponível em: <https://revisaoparaque.com/blog/a-importancia-da-revisao-textual/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

YAMAZAKI, Cristina. **Edição de texto na produção editorial de livros**: distinções e definições. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.